



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões

Grupo de Câmaras de Direito Público

Embargos de Declaração no Agravo Regimental da Ação Rescisória nº 0297132-6 (NPU. 0002014-55.2013.8.17.0000)

Embargante: Adriano da Silva Chalegre e outros

Embargado: Chefe de gestão de capacitação de Pessoal da Secretaria de Defesa Social – SDS e outro

Relator: Des. Erik de Sousa Dantas Simões

EMENTA: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO REGIMENTAL. NÃO CONHECIMENTO DO REGIMENTAL. INTERPOSIÇÃO CONTRA DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE. INCONFORMISMO DA PARTE. AUSÊNCIA DE OMISSÃO, OBSCURIDADE E CONTRADIÇÃO. OS EMBARGOS DECLARATÓRIOS NÃO SÃO MEIO HÁBIL PARA REEXAME DA MATÉRIA, RESTRINGINDO-SE APENAS ÀS HIPÓTESES ELENCADAS NO ART. 535 DO CPC. RECURSO REJEITADO. DECISÃO UNÂNIME.

1. O acórdão embargado orientou-se no sentido de não conhecer do Regimental, por entender ser irrecorrível o despacho que determinou a juntada, pelos autores, da procuração outorgando poderes ao advogado para interpor ação rescisória, sob pena de indeferimento da inicial.
2. A questão em tela foi devidamente enfrentada, e os fundamentos da decisão são suficientes para dar suporte e motivação ao entendimento firmado, não havendo, no acórdão recorrido, qualquer omissão, obscuridade ou contradição, não servindo, os aclaratórios, como meio hábil para a rediscussão de matéria.
3. Embargos rejeitados, por decisão unânime.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos dos Embargos de Declaração no Agravo Regimental da Ação Rescisória nº 0297132-6, em que são partes as acima indicadas, acordam os Excelentíssimos Desembargadores que compõem o Grupo de



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões

Câmaras de Direito Público do Tribunal de Justiça de Pernambuco, por unanimidade de votos, em rejeitar os Embargos de Declaração, nos termos do voto do Relator, estando tudo de acordo com as notas Taquigráficas, votos e demais peças que passam a integrar este julgado.

P. R. I.

Recife, 28 de maio de 2014.


Des. Erik de Sousa Dantas Simões
Relator



330

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões

Grupo de Câmaras de Direito Público

Embargos de Declaração no Agravo Regimental da Ação Rescisória nº 0297132-6 (NPU. 0002014-55.2013.8.17.0000)

Embargante: Adriano da Silva Chalegre e outros

Embargado: Chefe de gestão de capacitação de Pessoal da Secretaria de Defesa Social – SDS e outro

Relator: Des. Erik de Sousa Dantas Simões

RELATÓRIO

Trata-se de Embargos de Declaração opostos em face do acórdão do Agravo Regimental que não conheceu do recurso diante de sua interposição contra despacho de mero expediente.

Sustentam os embargantes que a decisão fustigada é contraditória, pois o despacho recorrido, que determinou a juntada, pelos autores, da procuração outorgando poderes ao advogado, sob pena de indeferimento da inicial, não representa despacho de mero expediente, possuindo sim conteúdo decisório capaz de ensejar a interposição de Regimental. Ademais, sustentam que há procuração nos autos.

É o relatório.

Recife, 28 de maio de 2014.


Des. Erik de Sousa Dantas Simões
Relator



331

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões

Grupo de Câmaras de Direito Público

Embargos de Declaração no Agravo Regimental da Ação Rescisória nº 0297132-6 (NPU. 0002014-55.2013.8.17.0000)

Embargante: Adriano da Silva Chalegre e outros

Embargado: Chefe de gestão de capacitação de Pessoal da Secretaria de Defesa Social – SDS e outro

Relator: Des. Erik de Sousa Dantas Simões

VOTO

O acórdão recorrido entendeu por bem não conhecer do Agravo Regimental interposto contra despacho que determinou a juntada de procuração na Rescisória, sob pena de indeferimento da inicial. Eis o teor do acórdão:

EMENTA: RECURSO DE AGRAVO REGIMENTAL. AÇÃO RESCISÓRIA. DESPACHO DETERMINANDO A JUNTADA DE PROCURAÇÃO. SEM CONTEÚDO DECISÓRIO. AGRAVO NÃO CONHECIDO. DECISÃO UNÂNIME.

1. Trata-se de Agravo Regimental interposto em face de despacho em Ação Rescisória, que determinou a intimação das partes para juntar a devida procuração outorgando poderes ao advogado (art. 37 do Código de Processo Civil), sob pena de indeferimento da inicial.

2. O parágrafo único do art. 173 do Regimento Interno deste e. Tribunal ensina que, em Ação Rescisória, "Do indeferimento da inicial caberá agravo regimental, de cujo julgamento participará o relator com direito a voto". Ocorre que no caso dos autos, não houve decisão de indeferimento da inicial, mas mero despacho determinando a intimação das partes para juntarem aos autos a devida procuração, sob pena de extinção.

3. A decisão impugnada possui natureza de despacho, sem conteúdo decisório, e, é cediço que não cabe recurso em face de despacho (art. 504 do Código de Processo Civil).

4. Agravo não conhecido por decisão unânime.



332

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões

Não há omissão, obscuridade ou contradição alguma no acórdão, haja vista ter ele enfrentado os fundamentos cabíveis e pertinentes a respeito do assunto. Na verdade, os embargantes estão pretendendo rediscutir a questão, o que não se admite em sede de Embargos Declaratórios, que possuem vinculação à existência de omissão, contradição ou obscuridade. Nesse sentido:

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO. INEXISTÊNCIA. REDISCUSSÃO DA MATÉRIA DE MÉRITO. IMPOSSIBILIDADE. EMPRÉSTIMO COMPULSÓRIO SOBRE ENERGIA ELÉTRICA. PRESCRIÇÃO. CORREÇÃO MONETÁRIA. JUROS. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. 1. *Os embargos de declaração são cabíveis somente para sanar omissão, obscuridade ou contradição contida no julgado, ou ainda, para sanar erro material. Ausente qualquer dessas hipóteses, devem ser rejeitados os aclaratórios, sob pena de abrir-se a possibilidade de rediscussão da matéria de mérito encartada nos autos e já decidida. (...) (STJ - EDcl no REsp: 1103446 RS 2008/0243230-9, Relator: Ministro CASTRO MEIRA, Data de Julgamento: 17/02/2011, T2 - SEGUNDA TURMA, Data de Publicação: DJe 28/02/2011)*

TJPE: *"PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO. REDISCUSSÃO DO JULGADO. IMPOSSIBILIDADE. VIA ELEITA INADEQUADA. EMBARGOS DECLARATÓRIOS REJEITADOS À UNANIMIDADE DE VOTOS. Os embargos declaratórios não se prestam à rediscussão da causa, mas sim à mera integração do julgado, com base nas hipóteses previstas no art. 535, CPC. Nesse sentido, não se deve confundir omissões e/ou contradições com inconformismo. Uma vez irresignada com o julgado, devia a parte interessada manejar o recurso adequado ao seu desafio, e não se valer dos presentes aclaratórios, cuja natureza, por essência, é integrativa. Embargos Declaratórios conhecidos, porém rejeitados à unanimidade de votos". (Embargos de Declaração nº 192362-2/02. Relator: Luiz Carlos Figueiredo. Julgado em 29/3/2011).*

Tem-se que o aresto embargado foi devidamente fundamentado, não havendo nele qualquer omissão, contradição ou obscuridade.



333

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões

Dessa forma, estando satisfatoriamente fundamentado o posicionamento adotado pelo colegiado, e, portanto, ausente a necessidade de esclarecimentos no julgado recorrido, improsperam as razões da parte embargante.

Por tais razões, voto no sentido rejeitar os Embargos de Declaração, por ausência dos requisitos da embargabilidade.

É como voto.

Recife, 28 de maio de 2014.



Des. Erik de Sousa Dantas Simões
Relator